



200 anos da morte de Napoleão Bonaparte

(15 Agosto 1769 - 5 Maio 1821)

Todos os seus atos foram recolhidos, analisados e discutidos.
Todas as suas alegadas palavras também.

Explicar o momento histórico vivido com 'a Época Napoleónica' é uma tarefa bem difícil pela asfixiante bibliografia a estudar. No princípio do século XX Jacques Bainville dizia que uma boa biblioteca napoleónica deveria ter uns 10.000 livros, mas já a *Napoleonischen Zeitalters* de Kircheisen em Berlim refe-



POR
**Pedro S.F.
de Avillez**

Historiador;
Fundador da
Editora Tribuna
da História

ria mais de 100.000 obras em 1908. Jean Tulard, o reputado historiador de Napoleão neste século XXI, diz que serão agora mais de 200.000 títulos! De facto, depois de Jesus Cristo, nenhuma figura histórica foi mais abordada em literatura em biografia, ou trabalhos de História, que a pessoa, a vida e as obras de Napoleão Bonaparte! Para o bem, e para o mal...

Um dos biógrafos portugueses de Napoleão, Teixeira de Pascoais, dizia "Napo-

leão não cabe na sua época. É um Deus da Antiguidade que se atrasou no caminho”. Mas Napoleão foi apenas um ser humano, como nos lembra a cena imortalizada num quadro de David, retratando o jovem e impetuoso general Bonaparte trajando paramentos teatrais e avançando com grande pompa para o altar na Catedral de Notre-Dame, onde o esperava o Papa para o seu coroamento, ‘o sacre’, rodeado de uma multidão de dignitários ricamente aperaltados, e conta-se que quando avançava se voltou para o seu irmão mais velho, (que ele fará Rei de Espanha), sussurrando: “José, se o nosso pai nos visse!...”.

Todos os seus atos foram recolhidos, analisados e discutidos. Todas as suas alegadas palavras também. Daí a confusão no que respeita às suas concepções políticas, às suas ideias e ao “sistema napoleónico”. A contradição dos textos provoca muitas confusões. Por vez dizia uma coisa, outras vezes dizia o contrário. Talvez tenha sido sincero as duas vezes, talvez não tenha sido sincero nenhuma. Hilaire Belloc (“Napoleon”, Londres, 1934, p.12) explicava: “uma breve leitura de Napoleão convence-nos que falava livremente e contraditoriamente, às vezes com um objetivo, por vezes com outro. Amiúde é tão-somente a expressão momentânea de qualquer fantasia que lhe passava pela cabeça, de uma paixão ou de alguma desculpa”. Em 31 de março 1797 em Klagenfurt, dirigindo-se ao Arquiduque Carlos, generalíssimo austríaco, Napoleão, general vitorioso da campanha de Itália, diz-lhe: “*Senhor General-em-Chefe, os militares valentes fazem a guerra e desejam a paz... se aceitar a proposta que tenho a honra de aqui Vos fazer e que poderá salvar a vida de pelo menos um homem, sentir-me-ei mais orgulhoso que dos louros cívicos que havei merecido e das glórias que podem advir das minhas vitórias militares!*”. Porém, em 26 de junho de 1813 em Dresden, Napoleão assegura a Metternich: “*Vós não sois soldado e não sabeis o que se passa na alma de um soldado... um homem como eu não se preocupa com a vida de um milhão de homens!*”. Em cada momento utiliza a linguagem adequada, que em distintas ocasiões faz contraditória.

De jovem oficial de sucesso, figura de grande chefe militar e fracasso das suas ambições na Europa

Anteriormente à revolução francesa Napoleão militava no ódio à França, em defesa da sua Córsega natal, que fora anexada à mo-



Leitor entusiasta de Rousseau e Voltaire e, segundo testemunhos, consagra todo o seu tempo livre na leitura do ideário iluminista francês

narquia francesa um ano antes do seu nascimento em Ajácio em 1769 (curiosamente nasceu no mesmo ano que Wellington, aquele que 46 anos mais tarde em Waterloo irá por fim à sua carreira épica!). As suas atividades políticas, próprias de um adolescente da pequena nobreza local, obrigam-no a refugiar-se no colégio d’Autun em França, com o beneplácito do governador francês, o marquês de Marbeuf, amigo de sua mãe e que procura o apoio político do pai, membro do Conselho dos Anciãos local. Passará depois pelo colégio militar de Brienne, aonde se decide enveredar por uma carreira militar e finalmente pela Escola Militar em Paris, aonde as suas qualidades em matemática o fazem escolher a carreira de oficial de artilharia. Como cadete na Escola Militar continuou devorador de livros, em particular leitor entusiasta de Rousseau e Voltaire e, segundo testemunhos, consagra todo o seu tempo livre na leitura do ideário iluminista francês.

Com o rebentar da Revolução Francesa, já segundo-tenente, adere logo ao movimento revolucionário. Em 1789, jovem segundo-tenente com 20 anos, é mandado reprimir os habitantes de uma aldeia sublevada com quem a sua consciência política simpatiza. Antes dos soldados dispararem grita: “*que a gente honrada volte a suas casas, só disparo sobre a canalha!*”. A multidão dispersou-se... não queria ser associada a ‘canalha’!

Já com o posto de capitão de artilharia, teve um papel decisivo na organização da conquista da base naval de Toulon à marinha da monarquia francesa, ali ajudada pelas marinhas espanholas e britânicas. Este desprendimento de pátria e a sua



adesão ideológica preferencial, explica talvez a sua insensibilidade a sentimentos nacionalistas, que anos mais tarde com a sua política externa de ‘anexação militar’ de nações e países, irá fazer acordar com vigor na Europa. Como oficial artilheiro no cerco de Toulon, onde está com o Exército da Convenção e aonde é ferido, a sua frenética atividade desperta a atenção de todos com pelas suas iniciativas táticas arrojadas que conseguem a vitória dos republicanos. Este sucesso fê-lo contactar com importantes chefes revolucionários presentes, que o levam para o centro político da revolução na capital. Ganha a confiança do Diretório jacobino, multiplicando ações de segurança. A sua militância revolucionária levá-lo-á em 20 de junho de 1792, quando da repressão violenta em Paris ao cerco popular à Assembleia, a dizer a Bourrienne: “*varridos 400 ou 500 com os meus canhões, o resto desaparecerá a correr!*”. Mais tarde no Vendimiário, depois da queda do seu aliado Robespierre, quando se discutia o direito de usar a força contra as revoltas populares realistas, conta ele próprio nas



suas memórias ter então dito: *“estão à espera que o povo lhes dê autorização para atirar contra eles?... Então abandonei os advogados que se afogavam em palavras, e fiz marchar as tropas!”*.

Em Paris, após ações notórias, políticas e militares, é nomeado general de brigada com 26 anos de idade, e enviado em 1796 comandar um exército de 60.000 homens para confrontar o exército Sardo-Austríaco de 80.000 militares do norte de Itália, que ameaçava as fronteiras a Leste da França revolucionária republicana. Brillante estratega, partilhando privações com seus soldados, corajoso e exemplar nos esforços físicos que lhes pede, com a sua audácia táctica consegue ganhar batalhas. Conquista a confiança cega dos seus soldados e será idolatrado por estes, reunindo também um grupo de oficiais leais e de valor militar que o seguem, e que a épica napoleónica fará famosos.

Como chefe militar Napoleão deu seguimento às novas doutrinas começadas com a Revolução Francesa, de uso de grandes massas de ‘cidadãos-soldados’. Con-

fronta militarmente as grandes potências do continente da Europa, batendo o Império Austríaco e a Prússia, ocupa a península de Itália, a Holanda, a Flandres, os vários pequenos estados Alemães que organiza numa Confederação. Empurra a Rússia para o leste Europeu, assinando com esta um Tratado de paz em Tilsit em junho 1807. Resistem só a Grande-Bretanha, e os neutros Dinamarca, Suécia e Portugal, (a Espanha colaborava desde 1795!). Apesar dos seus sucessos militares e diplomáticos, a partir de 1808/1809, com o desgaste das suas constantes campanhas e com a reação patriótica e militar, cada vez mais eficiente, das nações que tentava controlar, começam maiores dificuldades. Após Tilsit tentou apoderar-se das Armadas dos dois países neutros, Dinamarca e Portugal. Os Britânicos antecipam-se e apoderam-se eles da marinha de guerra dinamarquesa, e Portugal retira a tempo a sua Armada e Família Real para o Brasil, salvando assim a sua independência. Estas duas ações vão frustrar a Napoleão a sua capacidade naval para invadir a Inglaterra... Napoleão foi deixando

de ser invencível, começando ser contestado em Espanha e por perder as suas campanhas em Portugal, de 1808 a 18011, devido à reação combatente com que não contava das populações portuguesas e espanholas e ao empenho, perícia táctica e disciplina militar dos soldados britânicos e portugueses, sucessos que vão encorajando a revolta das nações ocupadas, em Espanha e no norte da Europa. Em 1812 acontecerá a desastrosa invasão da Rússia por Napoleão, com um exército de 680.000 soldados... só regressam batidos 35.000 homens! Finalmente em 1813 revoltam-se com sucesso as nações alemãs e austríacas, ajudadas pelos russos e suecos no norte da Europa (vitória na batalha de Leipzig). Em junho desse mesmo ano soldados britânicos, portugueses e espanhóis expulsam o rei José Bonaparte e as tropas napoleónicas de Espanha (batalhas de Vitória, Pirenéus e S. Sebastian). Por fim, em 1814 começa a invasão da França, anglo-portugueses-espanhóis no Sul, até Bordéus e Toulouse, e russos-prussianos-austríacos-suecos no Norte, até Paris, culminando com a primeira abdicação do Imperador Bonaparte em Abril. Depois de escapar do exílio de Elba, durante ‘Cem Dias’ Napoleão tenta reformular o Império numa versão Liberal, reorganiza o exército e confronta de novo uma coalizão de Aliados do norte da Europa. É batido em Waterloo em junho de 1815, seguindo-se a segunda abdicação, a sua entrega à Royal Navy e o segundo exílio desta vez para a longínqua ilha de St. Helena no Atlântico Sul.

A organização dos seus exércitos foi marcada pela racionalidade e rigor matemático das especialidades e corpos profissionais. Em combate inovou na utilização massiva da artilharia no campo de batalha, na rapidez das marchas e dos movimentos táticos, na criação de entusiasmo e coragem física (Legião d’Honra, títulos nobiliárquicos, mobilidade de postos) e uma arquitetura estética que impressionava. Pela negativa ficou marcado pelas destruições causadas pelos seus exércitos com a política de ‘viverem das terras e das populações’, saques de património e execuções de cidadãos nas terras que ocupavam. (Portugal perdeu 300.000 habitantes, cerca de 10% da população, destruições e numeroso património saqueado). As guerras napoleónicas mobilizavam exércitos de grandes dimensões, com conscrições que pesavam dolorosamente nas populações e na economia. (Portugal em 1811 teve o maior exército de sempre, relativamente

à sua população de 3.100.000 habitantes, cerca de 60.000 soldados, 60.000 milícias e numerosas unidades de voluntários, cerca de 12.000 homens para a Armada e de várias unidades nas colônias).

A carreira política e as ideias do primeiro Cônsul

Após o sucesso espetacular das suas campanhas militares contra os exércitos austríacos no norte de Itália em 1796/7, de regresso a Paris a popularidade de Napoleão é ainda acrescida pela sua atividade determinada e eficaz na proteção do Diretório que governava a jovem República. Porém, receosos da presença deste herói dispendioso de força militar na capital, os membros do Diretório, e Talleyrand de quem já recebia apoio, encorajam o jovem general a partir em cruzada com 40.000 soldados e 350 navios para o Egito, com a finalidade de confrontar o poder do império mercantil Britânico, velha preocupação francesa. Após conquistar Malta, combates nas Pirâmides contra os Mamelucos e várias peripécias, abandona o exército expedicionário da República no Egito, e em Outubro de 1799 regressa subitamente a Paris rodeado de fiéis oficiais. Começa, com a colaboração de seu irmão Lucien, Presidente do Concelho dos Quinhentos, e de republicanos Jacobinos moderados, a preparar um golpe de estado para substituir o impopular Diretório jacobino por um triunvirato de Cônsules. Napoleão envereda decididamente por uma carreira política, convencido do seu destino histórico. Mas irá procurar uma base de apoio consensual. Já Cônsul em novembro de 1799, na sua proclamação ao Consulado

dizia: *"para consolidar a República é preciso que as leis sejam baseadas na moderação, na ordem e na justiça. A moderação é a base da moral e a primeira virtude do homem. Sem ela o homem não é mais que uma besta feroz, sem ela pode existir uma facção mas nunca um Governo Nacional"*. Dirá a Combacérès: *"governar com um partido é colocar-se tarde ou cedo na sua dependência. Não caírei nisso. Eu sou nacional"*.

Ao assumir a função de membro do triunvirato do Consulado em dezembro de 1799, declara no Concelho de Estado: *"acabemos a novela da Revolução, agora é preciso começar a História"*. Mas não esquece que a sua legitimidade política será a sua ligação ao período revolucionário. Depois de escapar a um atentado em dezembro 1800 na rua Saint-Nicaise, que faz 20 mortos, segue impávido para a Ópera e dirá: *"Queriam destruir a Revolução atacando a minha pessoa; defendê-la-ei porque sou eu a Revolução!"*. Depois de assinar a paz de Amiens com a Inglaterra em 1802, realiza um plebiscito e é nomeado Cônsul vitalício.

Madame de Staél, filha do financeiro Necker e proeminente ativista liberal, no entanto já em 1798 advertia nos salões intelectuais de Paris da ilusão com este jovem general herói com propostas de ditador, caminho de moderação aliás para onde outros políticos caminhavam na ânsia em conseguir a paz social numa França cansada de violência e dizimada por anos agrícolas sucessivamente catastróficos, e escrevia: *"Era a esperança de uns e outros; republicanos, monárquicos, todos viam o presente e o futuro no apoio da sua mão forte"*. Madame de Staél, com o seu ami-

go Benjamin Constant, irá continuar a permanente crítica nos meios intelectuais europeus das políticas e do estilo ditatorial de Napoleão, e será expulsa de França em 1803. (O português futuro Duque de Palmela foi seu próximo amigo e seguidor das suas ideias liberais). Mas os franceses procuravam um conciliador que conseguisse unir as mudanças políticas e sociais da Revolução com a França tradicional e cristã. O pensamento de Napoleão nesse ponto era bem claro. O governo da República terá que se esforçar para que as lutas entre franceses tenham que acabar.

A Constituição que irá criar o governo executivo pacificador da República fora entregue a um triunvirato de Cônsules aceite por um plebiscito. Napoleão como Primeiro Cônsul irá iniciar o seu trabalho pela conciliação da República com a França religiosa, ele que era ateu, celebrando uma Concordata com o Vaticano, que conseguiu com alguma dificuldade fazer aceitar pelos seus correligionários Jacobinos, e assinada em julho de 1801. 'Homem providencial', em dois anos participa na regeneração financeira do Estado e na pacificação da Vendéia. Recusando ser feito 'rei de França', como lhe era proposto por seus admiradores, reúne consenso na classe política para a criação de um Império francês aglutinador. Como Imperador posicionava-se como igual ao Czar e ao Imperador Austríaco. Seguir-se-á o seu casamento religioso com Josefina e depois o coroamento de Imperador pelo Papa, ambos em 1804.

Com o fim de sanar as divisões ideológicas francesas, Napoleão ocupou-se da façanha monárquica da França profunda. Primeiro, para afastar o perigo latente de conspirações monárquicas, irá organizar em 15 de março de 1804 o rapto na Alemanha do duque de Enghien, membro proeminente da Família Bourbon e sobrinho de Filipe de Orleans, que cinco dias depois será secretamente julgado e rapidamente fuzilado nos fossos da fortaleza de Vincennes, num processo atabalhoado, injusto e cruel. *"Bonaparte cesse d'être un possible Monk pour devenir un futur usurpateur..."* (Alfred Fierro, "Histoire et Dictionnaire du Consulat et de l'Empire", ed. Laffont, 1995). Mas a França está ansiosa por ultrapassar 15 anos de violências, e conseguir um certo entendimento político e social. Já no Diretório haviam começado amnistias de emigrados, entregas de patrimónios confiscados e pequenas indemnizações, o que irá facilitar o trabalho de Napoleão "aglutinador dos Franceses".



A criação da França Imperial

A disciplina e concentração no trabalho administrativo e político da governação de Napoleão era proverbial. Frugal na sua alimentação e trabalhando intensamente com grande de rigor racional na organização política e administrativa da França, das suas Instituições e do seu aparelho militar. Rodeava-se de numerosos burocratas e de um aparelho meritocrático de colaboradores, o que por sua vez criavam uma imagem romântica do Regime. Embora não fosse propriamente um *"homme à femme"*, foi casado duas vezes, com Josefina de Beauharnais e depois com a Princesa Maria Luísa filha do Imperador da Áustria, de quem teve o único filho legítimo *"L'Aiglon"*, que faleceu ainda adolescente. Teve também conhecidas relações com Desiré Clary e Maria Waleska, com filhos não reconhecidos.

A criação do Império de 1804 foi plebicitada, com o voto favorável de 92% dos três milhões e meio de votantes, cerca de 10% da população francesa. A República dos jacobinos foi construída na base do poder de uma elite burguesa e de notáveis. No seu exílio em Santa Helena, Napoleão dirá: *"quanto mais o povo é esclarecido, mais haverá gente convencida da necessidade das leis, da necessidade de serem defendidos, e mais a sociedade será sensata, feliz e próspera quanto mais o povo"* (Las Cases, *'Le Mémorial de St. Hélène'*, 29 de novembro de 1815). Longe de se ocupar do progresso económico, da promoção social e cultural da Nação, Napoleão só se preocupava na criação, importância e influência de uma elite poderosa, senhora pragmática da gestão da sociedade francesa, e é a esta criação e ao seu reforço que se irá consagrar no plano da política interna. Neste sentido, a fusão dos 'antigos privilegiados vítimas da revolução' com os 'novos poderosos nascidos com esta', passou a ser o seu imperativo tático social. A ideia de reservar de fato o controle da vida política a uma elite meritocrática já vinha da Constituinte, onde a distinção entre cidadãos passivos e ativos permitia conciliar a teoria com a realidade. A igualdade entre todos, para bem do equilíbrio da paz social, era subordinada à utilidade de reservar o poder aqueles que conciliavam a inteligência e o interesse. Na realidade queria conciliar a igualdade e a riqueza, mas esta última de fato impôs-se como único fundamento da seleção! Através de eleições para órgãos das várias assembleias, que se delegavam em escalões sucessivos, os deputados da Assembleia

Nacional final acabavam sempre por serem recrutados entre os notáveis da sociedade.

No sentido de conciliar os novos Senhores da República com a nobreza do Antigo Regime, continuou as ações do Diretório e do Consulado que tinham começado a encerrar os cadastros de "emigrados", algumas propriedades devolvidas e indemnizações parciais concedidas. Napoleão irá criar 3.600 títulos de nobreza (22,5% a originários de nobreza antiga, 58% de origem burguesa e 20% de origens humildes), sendo 59% concedidos a militares, e cria assim dezasse mil famílias de nova nobreza de Império que se juntaram aos cento e cinquenta mil familiares nobres do Antigo Regime, numa França de cerca de 35 milhões de habitantes em 1804. Verdadeira engenharia social, Napoleão irá acelerar essa fusão dos *"fleur de Lys"* com os "abelhas". Numerosos embaixadores e altos funcionários do regime Imperial são já de estatuto social nobre. Em 1814, 43% dos Prefeitos (governadores civis dos cerca de 90 Departamentos de França) são de origem social da nobreza. A classe social dos funcionários do estado do Império está longe da França republicana da Convenção e mesmo do Diretório!

A obra de reorganização administrativa racional do Estado Francês por Napoleão é um legado ainda hoje continuado. Será profunda e exaustiva, com a divisão da França em mais de 90 Prefeituras (distritos) que unificava assim um país composto de nações e províncias diversas, com a criação de órgãos legislativos, judiciais, sociais, de saúde e de educação (as 'Grandes Écoles', os Liceus), económicos (Banque de Fran-



Rodeava-se de numerosos burocratas e de um aparelho meritocrático de colaboradores, que por sua vez romantizavam a imagem do Regime

ce), etc. que ainda hoje muitos constituem a armadura institucional de referência no país, e com a criação do Código Civil Napoleónico exportado em quase toda a Europa.

E o povo e as classes trabalhadoras? Difícil de encontrar estatísticas e trabalhos creíveis. A escola de historiadores marxistas apresenta-os como aliados objetivos da burguesia, outros insistem nas suas misérias. Mas o mundo rural, na época cerca de 80% da população, evoluiu melhor nos finais do século XVIII e mesmo depois da revolução. Os preços de produtos agrícolas cresceram 20% de 1800 a 1810. Uma boa parte do dinheiro ganho e da poupança vai para a compra de terrenos, servindo uma 'fome de terra' que será a grande característica dos camponeses franceses até ao século XX. O operariado, que representava 7 a 10% da população francesa, acompanha o crescimento da industrialização ainda incipiente. A supressão das corporações irá multiplicar o número de pequenas oficinas nas cidades, mas destas a única grande cidade é Paris, 600 000 habitantes em 1814 (Lisboa com 240.000 e Londres 1.400.000), as restantes cidades vêm as suas populações reduzirem-se em relação ao final do Antigo Regime. Até 1810 o emprego esteve sempre próximo do pleno, sendo o elemento mais marcante deste período a quantidade de trabalho "por realizar" por insuficiência de mão d'obra, lacuna acentuada pelo peso da conscrição para o exército. Esta situação que se prolongou até 1811, fez subir a média dos salários na época napoleónica na indústria e serviços, entre 1804 e 1810 de 25% na província e 33% em Paris. No entanto de 1811 até ao final do Império, as dificuldades agrárias e na indústria têxtil, a guerra em solo francês, e a decadência política, farão todos os salários e rendimentos cair cerca de 30% (André Palluel-Guibert, *Les Événements en France*, ed. Laffont, 1995).

A política externa herdada e a construção do império europeu

Todas as teses sobre a política externa de Napoleão, costumam reduzir-se a duas:

1ª- Que as guerras napoleónicas foram meras lutas defensivas contra a agressão dos inimigos da França Republicana;

2ª- Que pelo contrário, foi uma constante agressão de um 'imperador conquistador ambicioso'.

No nosso entender não se tratou nem de uma nem da outra tese, mas da continuação de uma política herdada. Napoleão é certamente um herdeiro da Revolução Francesa,

que formou a sua mentalidade, mas que o obrigou a uma situação política nacional difícil de resolver. Os grandes movimentos da sua política externa no início não são mais que a continuação das ambições políticas da monarquia francesa dos reis Bourbons, como aliás assim o foi nos períodos políticos do Diretório e do Consulado. As políticas napoleónicas encetadas ultrapassam de muito 'manobras de defesa fronteiriça', ou 'apoios ideológicos' e fações revolucionárias neste ou naquele país! O fato é que quando Napoleão continua a política girondina de alargamento das fronteiras francesas, não o faz para libertar populações, mas primeiro para reconstruir aquilo que os seus antecessores chamavam 'as fronteiras naturais de França'. Também nos países ocupados, Napoleão não se aplicou a exportar a 'revolução política francesa', procurou antes, à semelhança do que fazia com as suas políticas internas, a se assegurar o controle político e de segurança civil, a procurar entendimentos e alianças com as estruturas do poder civil local existentes. Veja-se o consulado de Junot quando 'governador do Portugal ocupado': As ordens que trazia eram de aprisionar a Família Real e capturar os navios da Armada portuguesa, o que já não foi a tempo de o fazer, entregando-se antes a procurar apoios políticos e sociais, a proceder ao lançamento de impostos, saques de valores em metal ou preciosidades culturais, patrimónios do rei ou de particulares e, como lhe ordenou Napoleão por carta, ao desmantelamento do exército e milícias do país. Aliás estava bem claro no Tratado secreto franco-espanhol de Fontainebleau, assinado um mês antes da invasão, o objetivo era partilha de Portugal em três territórios, com destinos políticos diferentes. Era o fim do Portugal independente, não era converter esta velha nação num País republicano ou monárquico afrancesado!

Napoleão em 1803, ainda Primeiro Cônsul, dizia já a Miot de Melito:

"O meu projeto exigia a ordenação da Europa debaixo de um só chefe, que tivesse como oficiais às ordens os reis, que distribuisse reinos aos seus lugar-tenentes, que fizesse a um rei de Itália, ao outro da Baviera, a este landamman de Suíça, àquele stau-thouder da Holanda, todos com cargos na sua Casa Imperial, com títulos de copeiro-mor, reposteiro-mor, mordomo-mor, monteiro-mor... Dir-me-á que este plano não é mais que uma imitação de como o Sacro Império Alemão foi estabelecido, que estas ideias não são novas; mas nunca há nada



Estava bem claro no Tratado secreto franco-espanhol de Fontainebleau, assinado um mês antes da invasão, que o objetivo era a partilha de Portugal em três territórios

de absolutamente novo; as instituições políticas não fazem mais que andar à roda, e por vezes há que voltar a fazer o mesmo."

O Império franco-cêntrico de Napoleão foi construído na perspetiva da grandeza pessoal utilizando a França, reconstruindo o mítico império de Carlos Magno, visando assim a alimentação da sua Glória pessoal à custa dos seus vizinhos, ... que arruinava. *"Eu tinha querido o Império do mundo!"*, confessou durante os Cem Dias a Benjamin Constant.

Epitáfio

Nenhuma nação Europeia anexada ou aliada a Napoleão viu a sua economia prosperar. O imperador era um déspota num Estado omnipresente. A polícia e a censura que instalava eram um retrocesso em relação à relativa tolerância do antigo regime, porque mais militantemente políticas. O Império matou as liberdades, desfez culturas e nações, tirou poder e relevância às Assembleias, e esqueceu-se voluntariamente dos objetivos da Revolução Francesa, que ele aliás considerava utópica e insustentável. O nepotismo com a instalação de familiares ou ajudantes militares em cargos de comando era um insulto nacional nas sociedades ocupadas. Tudo para servir a ambição de um homem, que tinha a pretensão de desenhar e impor um mundo ideal obrigatório a todos os países Europeus.

Após os Cem Dias e a derrota de Waterloo, a Assembleia Nacional e os seus Marechais obrigam Napoleão em Fontainebleau a abdicar pela segunda vez em abril de 1815. Após assinar a abdicção e se despedir da

sua velha Guarda Imperial, Napoleão foi entregar-se à marinha da Grande-Bretanha! Sabia que após a fuga do primeiro exílio a França e os Aliados não o iriam perdoar uma segunda vez. Pensou poder retirar-se para os Estados Unidos, do que foi impedido. Depois resolveu entregar-se à Inglaterra. Será exilado na ilha de St. Helena no Atlântico Sul. Ao entrar a bordo do navio de guerra britânico, Napoleão entregou ao comandante uma carta dirigida ao rei da Grande-Bretanha: *"Alteza Real, Exposto às fações que dividem o meu povo, e à inimizade das grandes potências da Europa, dou por terminada a minha carreira política; e aqui venho, como Temistócles, sentar-me na casa do povo da Grande-Bretanha. Entrego-me às suas leis, procurando esta proteção de vossa Alteza Real, o mais poderoso, o mais constante e o mais generoso dos meus inimigos."*

Para trás ficou um gigantesco plano romântico, mas egoísta, uma odisseia de violências que abrangeu toda a Europa, destruições, saques, assassinatos, prepotências e entre três e cinco milhões de mortos. O fracasso da tentativa de imposição militar da sua utopia franco-centrista na Europa, após confrontos internos acabarão no entanto por acelerar o fim dos Antigos Regimes absolutistas, e desencadear revoluções nacionalistas e liberais. Mas em reação à versão jacobina da Revolução Francesa e Napoleónica, que a Europa tinha combatido, estas sociedades irão evoluir para democracias constitucionais parlamentares em modelos parcialmente inspirados da versão parlamentar constitucional britânica (o Cartismo em Portugal).

Em França, da saga criativa doméstica napoleónica ficaram as bases da reorganização racional e elitica do Estado francês, que ainda hoje perduram. Muitos franceses continuam ainda hoje romanticamente enamorados da épica de Napoleão, da sua engenharia social que fundiu a nação dividida entre dramáticos revolucionários republicanos e crentes do país tradicional cristão, um misto que hoje ainda parcialmente perdura, e muitos orgulhosos da grandeza e da importância francesa que Napoleão impôs por um tempo na Europa. Para outros, as percas sofridas e a instalação de uma estrutura social e económica aversa à mobilidade social e ao culto da independência individual, a opinião é enverganhada ("Napoleon, the man behind the myth", de Adam Zamoyski, ed. William Collins, 2018). ■